

Educação profissional de adultos com deficiência e perfil do professor

LONI MANICA¹

GERALDO CALIMAN²

RESUMO

O presente texto é parte de uma pesquisa que prevê a busca de contribuições de três segmentos: Docentes, Discentes e Gestores quanto ao perfil (características/habilidades/competências) docente de quem atua na educação profissional (EP) com alunos com deficiência em cursos de aprendizagem industrial, bem como sobre dificuldades/possibilidades da inclusão na escola profissional e no mundo do trabalho. O objetivo da pesquisa visa auxiliar a sociedade na formação profissional docente e sugerir avanços educacionais e legais na área da formação de formadores para a *educação profissional social*. Partimos de algumas questões ligadas à formação profissional dos docentes que trabalham com jovens e adultos com deficiência: Qual o perfil (características/capacidades/habilidades/competências) docente de quem atua na educação profissional do SENAI com alunos com deficiência? Quais os benefícios e as limitações das práticas pedagógicas baseadas nos princípios da inclusão e da segregação? No presente texto, o foco são as respostas oriundas de um segmento baseado na opinião dos *Gestores de Escolas Profissionais do SENAI voltadas para esse aluno com deficiência*. O questionário foi composto por vinte e seis questões e aplicado a um representante de cada estado que coordena as ações de *educação profissional social (EPS)* em todos os Estados do Brasil. Aqui está registrado o que os gestores consideram primordial no perfil docente de quem atua com Pessoas com deficiência na Educação Profissional Social, Dentre os itens primordiais, cita-se: (1) conhecer o perfil do aluno com deficiência que chega à escola profissional, sua condição de adulto e às vezes analfabeto; (2) conhecer os princípios da inclusão e

da diversidade, fazendo um diagnóstico prévio do aluno que está aos seus cuidados, não apenas para capacitá-lo, como também para aceitar a diversidade como mais uma condição humana, possível de ser trabalhada e, (3) ter conhecimento que vão além dos conteúdos programáticos.

PALAVRAS CHAVES: Perfil, Docente, Pedagogia, Pessoas com Deficiência, Educação Profissional Social.

INTRODUÇÃO

A educação tem sido tema estudado por muitos autores da área social. Parafraseando Afonso (2001, apud Yوبا e CHOCOLATE 2011 p. 23) afirma que podemos considerar três tipos de educação: a educação formal, a educação informal ou familiar e a educação não formal, sendo que qualquer tipo de educação pode e deve ser ferramenta necessária para universalização do conhecimento. Assim, percebe-se que a Pedagogia Social tem na educação o alicerce ou a base fundamental para alcançar seus objetivos. Yوبا e Chocolate (2011, p. 23), desenvolveram um

1 Doutoranda pela UCB- Universidade Católica de Brasília. Assessora Parlamentar na área de Inclusão e Diversidade no Senado Federal. Tem realizado palestras no Brasil e no exterior sobre experiências na área de Educação inclusiva, com ênfase na inclusão e ações sociais de educação.

2 Professor do Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Católica de Brasília; Coordenador da Cátedra UNESCO: Juventude Educação e Sociedade. Ex Coordenador do Programa de Doutorado em Pedagogia Social da "Università Pontificia Salesiana" de Roma (1998-2000).

estudo sobre Angola em base a questões similares às estudadas aqui no Brasil. Eles afirmam que:

(...) Desenvolver trabalhos a respeito da educação social significa trazer ao debate uma problemática que precisa ocupar a centralidade nas discussões sobre as políticas educacionais (...) No entanto, no que concerne à problemática específica da formação e atuação do pedagogo ou educador social em ambientes escolares e não escolares, apesar de ser uma preocupação do Governo, em função dos compromissos assumidos (...) não foram encontradas discussões mais profundas sobre a questão.

O questionamento dos autores angolanos a respeito das políticas de educacionais nos apresentam algumas indagações, tais como: de que modo os professores da escola formal trabalham com questões sociais, se durante sua formação não se verificam momentos de reflexão sobre esses aspectos? E, qual a contribuição da educação social para melhorar a educação formal? São duas questões levantadas por Yoba e Chocolate, que servem de base para a pesquisa que ora se desenvolve. Questões levantadas pelos autores sobre Angola são questões que merecem estudos, maior aprofundamento e preocupação também no Brasil.

Um dos focos da Pedagogia Social está nas pessoas em situação de vulnerabilidade. Os grupos considerados vulneráveis são aqueles que representam determinado conjunto de pessoas que devido a questões referentes a gênero, idade, condição social, deficiência, orientação sexual e outros, estão mais suscetíveis à violação dos seus direitos como cidadãos. Pode-se citar como grupos vulneráveis existentes na nossa sociedade: mulheres; crianças e adolescentes; idosos; população de rua; pessoas com deficiência física ou sofrimento mental; jovens em situação de marginalidade ou que utilizam drogas, entre outros.

Assim pode-se dizer que Pedagogia Social e trabalho social cresceram juntos. Caliman (2009, p.36), questiona se existe ou não diferença significativa entre a pedagogia social e o trabalho social. Ele afirma que, pelo senso comum, pode-se dizer que sim. Duas maneiras de intervir na realidade social são a educação e o serviço social. "Teóricos alemães reivindicam que

“ Um dos focos da Pedagogia Social está nas pessoas em situação de vulnerabilidade. Os grupos considerados vulneráveis são aqueles que representam determinado conjunto de pessoas que devido a questões referentes a gênero, idade, condição social, deficiência, orientação sexual e outros, estão mais suscetíveis à violação dos seus direitos como cidadãos. ”

no trabalho social moderno, estas duas tradições cresceram juntas ou foram difundidas conjuntamente" (2009, p.36). Atualmente a política nacional brasileira tem desenvolvido recursos legislativos que apoiam cada vez mais as ações sociais tanto no que se refere à Pedagogia Social, como ao trabalho social. Uma extensa legislação brasileira na área socioeducacional tende a ressaltar o desenvolvimento integral do indivíduo, oferecendo oportunidades para a igualdade de condições e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos os quais são fortalecidos para que se tornem partícipes de uma sociedade.

Dentre as legislações mais atuais, foi lançado pelo Governo Federal em 2011 o Plano *Viver sem Limites*, que tem como principal meta estimular pessoas com necessidades especiais a estudar e trabalhar. Neste sentido, a legislação prefigura o oferecimento, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), **cursos** gratuitos para

deficientes **com objetivo de oferecer para eles uma qualificação profissional** e, de consequência, facilitar a inclusão social dos mesmos. Notícias vinculadas na imprensa em 2012 esclarecem como acontecerá esse Programa para pessoas com deficiência:

Aos estudantes que ainda não ingressaram no mercado de trabalho (menos de 18 anos) o Programa ainda garante transporte e acessibilidade em escolas públicas para que os deficientes sintam-se estimulados a ter uma vida normal. Além desta novidade, a presidente Dilma Rousseff ainda fez anúncio acerca de cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Agora, com um investimento de R\$ 409,6 milhões, **pelo menos 5% das vagas dos cursos Técnico de nível médio do Pronatec serão destinadas a pessoas com deficiência.** (<http://www.jralfa.com.br/cursos-pronatec-para-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em 10 de maio de 2012).

Diante disso, faz-se necessário que as escolas que desenvolvem ensino profissionalizante estejam preparadas para receber esse tipo de público-alvo e, conseqüentemente, exigir-se-á delas que os seus professores estejam preparados para atuar com esses alunos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a pesquisa que norteia o presente artigo, a qual prevê levantar quesitos necessários para o perfil do docente que atua com pessoas com deficiência na educação profissional está alinhada com as necessidades da educação atual e, conseqüentemente, com possibilidades da Pedagogia Social estar presente no cenário educacional específico dos processos educativos orientado às pessoas com deficiência. O presente artigo resulta de levantamento de dados fornecidos pelos interlocutores de um Programa Nacional para jovens e adultos com deficiência que participam de capacitação profissional. Jovens que, muitas vezes, veem na educação profissional a possibilidade de inclusão em um mundo mais igualitário.

A pesquisa foi realizada com um representante de cada Estado do Brasil que exerce a função de interlocutor do Programa SENAI de Ações Inclusivas e responde pela coordenação de capacitações profissionais de Pessoas com Deficiência (PcDs).

O objetivo da referida pesquisa é, fundamentalmente, contribuir na formação do professor que atua ou atuará na *educação profissional social*. Pretende-se construir um perfil docente (características/ habilidades/ competências) daquele que ministra aulas profissionalizantes aos alunos com deficiência em cursos de aprendizagem industrial, bem como investigar as dificuldades/possibilidades da inclusão de alunos com deficiência na escola profissional e no mundo do trabalho. O objetivo está centrado em analisar respostas oriundas de três segmentos ligados ao ensino profissionalizante, designados como: gestores, docentes e discentes com deficiência. O foco está centrado na análise das respostas de apenas um segmento: os gestores. Esse gestor é designado para coordenar as ações de inclusão nas escolas profissionais do Brasil, cada gestor nacional coordena ações de um determinado estado brasileiro.

Neste sentido ressaltamos que, aqui analisamos apenas um dos três blocos planejados na pesquisa, aquele que se refere ao perfil docente de quem atua com pessoas com deficiência na educação

“ **Uma extensa legislação brasileira na área socioeducacional tende a ressaltar o desenvolvimento integral do indivíduo, oferecendo oportunidades para a igualdade de condições e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos os quais são fortalecidos para que se tornem partícipes de uma sociedade.** ”

profissional na visão do gestor. Não apresentaremos aqui o resultado final da pesquisa que ora está sendo desenvolvida, mas sim, o resultado parcial da pesquisa. Analisamos as respostas dos *gestores* que coordenam ações de educação profissional inclusiva de adultos com deficiência em relação ao perfil profissional docente.

Partimos de algumas perguntas, tais como: Qual o perfil (características / capacidades / habilidades / competências) docente de quem atua na educação profissional do SENAI com alunos com deficiência? Quais os benefícios e as limitações das práticas pedagógicas baseadas nos princípios da inclusão e da segregação?

A metodologia da pesquisa é centrada em aspectos qualitativos e quantitativos e as estratégias utilizadas foram: videoconferências interativas; reunião presencial com os gestores representantes de todos os estados do Brasil e questionários individuais. Tais questionários contêm 26 questões compostas em sua maioria (88%) de questões fechadas e 12% de questões abertas, organizadas em três blocos de questões. O primeiro bloco está diretamente relacionado ao perfil docente de quem atua com alunos com deficiência na educação profissional na modalidade de aprendizagem industrial. O segundo está relacionado às dificuldades da inclusão. E o terceiro refere-se à legislação que orienta os projetos ligados às Organizações não Governamentais que atuam com pessoas com deficiência. Neste espaço analisamos apenas o primeiro bloco, relativo ao perfil docente de quem atua com adultos com deficiência na educação profissional.

Para obter as opiniões dos gestores, realizamos uma reunião presencial com representantes de todos os estados que respondem pela busca e coordenação efetiva de matrículas de alunos com deficiência com o fim de inseri-los em cursos de educação profissional. Tal reunião foi realizada em São Paulo, no final de 2011, e proporcionou um encontro nacional para discussão sobre perfil docente de quem atua com PcD na Educação profissional. Nesta circunstância o questionário foi apresentado, analisado conjuntamente entre pesquisadora e grupo pesquisado e validado pelos gestores participantes.

Em 2012, já em um segundo momento, foi realizada uma videoconferência interativa

com os gestores para que se pudesse aprofundar conhecimentos relacionados ao perfil docente de quem atua com PcDs na educação profissional e explicar como receberiam os instrumentos para respondê-los

Em um terceiro momento foi encaminhado o questionário já validado, o qual foi respondido por cada gestor individualmente e devolvido a pesquisadora via correio. Após a compilação e análise das respostas, análise das mesmas, reportamos neste relatório os resultados relacionados ao primeiro bloco de questões (perfil docente). Pretendemos repassar ao leitor a visão do gestor, coordenador das ações de inclusão, no que se refere ao perfil docente de quem atua com adultos com deficiência na educação profissional. Antes de descrever, e analisar os resultados, conclusões e sugestões, esclarecemos alguns conceitos teóricos necessários a compreensão do presente artigo.

1. PERFIL DOCENTE

Quando nos referimos à palavra “perfil” com frequência nos vem à mente o conceito adquirido através do senso comum de que perfil refere-se a características espelhadas na competência básica de determinada profissão, ou seja, os requisitos que são necessários ao profissional para atuar em sua função específica. Tal concepção não pode ser ignorada é necessário aprofundar o significado de tal conceito. Encontramos no documento “glossário das metodologias” (SENAI, 2004, p. 27) uma definição mais especificar:

A descrição do que idealmente é necessário saber para realizar no campo profissional correspondente a determinada qualificação. É o marco de referencia, o ideal para o desenvolvimento profissional, que pode ser confrontado com o desempenho real das pessoas, indicando se elas são ou não competentes para atuar em seu âmbito de trabalho. É constituído pelas competências profissionais e pelo contexto de trabalho da qualificação (SENAI, 2004, p.27).

Diante desse conceito, entende-se que *perfil* é aquilo que indica o que um indivíduo precisa saber para desempenhar o seu papel com segurança, determinação e competência. Assim podemos

confrontar a descrição dos requisitos básicos de determinada profissão com o real desempenho do indivíduo que a exerce. Um conceito de perfil visto deste ângulo permite a mensuração das de quem desenvolve determinado trabalho. Nesse sentido Zabala (2010, p.45) afirma que “As competências e os conhecimentos não são antagônicos, porque qualquer atuação competente, sempre envolve o uso do conhecimento inter-relacionado a habilidades e atitudes”.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), preocupado em desenhar um perfil profissional para o docente que atua na educação profissional desenvolveu uma metodologia para, conjuntamente a representantes de todos os estados, descreverem um conceito capaz de compreender o conjunto de competências gerais deste docente. No entanto, naquele momento, não foi contemplado, o docente que atua com alunos diferentes, ou seja, alunos com deficiência. Assim, a partir do perfil profissional do docente que atua em classes regulares, com alunos não deficientes, surge a necessidade de esclarecer sobre quais competências o professor que atua com alunos com deficiência necessita; Sobre se o perfil docente descrito pelo SENAI é o mesmo perfil a ser desenvolvido por quem atua com alunos “com” deficiência.

A metodologia por competências desenhadas e descritas no documento “Perfil profissional do Docente do SENAI”, são agrupadas em três unidades: Planejamento; Desenvolvimento e Avaliação. Para cada uma das unidades foram descritos *elementos de competência* (SENAI, 2010). Para a primeira Unidade, ou seja, o item relativo ao *planejamento* foram descritos três elementos de competência que são: a colaboração na estruturação da proposta, a colaboração da estruturação dos cursos e a elaboração dos planos de ensino.

Para a segunda Unidade, relacionada ao *desenvolvimento* também foram criadas três elementos de competência que são designados como: preparação das atividades pedagógicas; implementação dos processos de ensino e de aprendizagem e realização de atividades complementares relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

Para a terceira unidade, relativa à *avaliação*, os elementos de competência são: o monitoramento do processo de ensino; o monitoramento do processo de aprendizagem e a análise crítica dos resultados de ensino, da aprendizagem e dos processos de avaliação. Vale lembrar que, para cada elemento de competência, vários são os padrões de desempenho listados para que o docente os alcance, bem como as Unidades de Competência necessárias ao docente.

Neste contexto, além das unidades e elementos de competência, bem como além dos padrões de desempenho, existem ainda as *competências de gestão*, que também se encontram listadas no documento (SENAI, 2010, p. 20). Entre essas competências destacam-se:

Comunicar-se com os alunos, de forma oral e escrita, com clareza e objetividade. [...] Comunicar-se e interagir com a família dos alunos e com a comunidade; [...] Atuar em equipe, cooperando com integrantes e demonstrando autocontrole, postura crítica e comportamento ético e, [...] Demonstrar capacidade para desenvolver interdisciplinaridade no trabalho pedagógico.

Após uma análise ao trabalho realizado, se constatou uma deficiência no perfil acima descrito que se refere ao docente que atua com qualquer tipo de aluno. Nele não estão contempladas as características necessárias ao docente que atua com pessoas com deficiência na educação profissional. A partir de tal ausência achamos que se justifica a pesquisa ora desenvolvida, onde o próprio docente que trabalha na formação profissional de adultos com deficiência sugere a construção de um perfil para definir suas competências e habilidades.

Assim, inicialmente, parte-se do princípio que o professor que atua com deficientes necessita um perfil diferente do perfil já definido dos docentes que atuam com alunos que não possuem deficiência. Mas, que diferenças são essas? Tais diferenças implicam em mudanças na prática pedagógica?

Surge a necessidade de ampliar a discussão sobre os *elementos de competência* e os *padrões de desempenho* dentro das *Unidades* que caracterizam o perfil desse profissional quanto aos docentes que atuam com pessoas com alguma deficiência.

“

O fato de a mulher se envolver mais na gestão de projetos educativos voltados a pessoas com deficiência nos permite a levantar a hipótese segundo a qual a gestão deste tipo de projeto passa também, pelo conhecimento do tema e pela intimidade e interesse com o mesmo. São também, na maioria, mães de família, as quais sentem de perto a necessidade do apoio na criação de filhos e filhas.

”

2. PERFIL DOCENTE NA VISÃO DOS GESTORES QUE ATUAM COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS – PCDS: RESULTADOS DOS DADOS COLETADOS.

Apresentamos o resultado dos dados coletados, provenientes das respostas dos gestores

Dos 27 questionários encaminhados aos gestores, sendo um de cada Estado, 25 foram respondidos, totalizando 92,5% de respondentes. Destes, 88% foram preenchidos por gestores do sexo feminino e 12% do sexo masculino. Observa-se que o cargo de gestor estadual em ações de inclusão da educação profissional do SENAI³ emprega em sua maioria profissionais do sexo feminino. O fato de a mulher se envolver mais na gestão de projetos educativos voltados a pessoas com deficiência nos permite a

levantar a hipótese segundo a qual a gestão deste tipo de projeto passa também, pelo conhecimento do tema e pela intimidade e interesse com o mesmo. São também, na maioria, mães de família, as quais sentem de perto a necessidade do apoio na criação de filhos e filhas. Principalmente quando se trata de uma pessoa que necessita de atendimentos especializados.

Quanto à faixa etária dos gestores, 44% encontram-se entre os 41 e 50 anos. Apenas 20% destes gestores encontra-se em idade entre 20 e 30 anos. 24% se encontram na faixa etária entre 31 e 40 anos de idade. Apenas um respondente (4%) se encontra no ciclo de idade entre 51 a 60 e, dois deles (8%), encontram-se na terceira idade, com mais de 60 anos. Vê-se através desta resposta, a diversidade das faixas etárias dos pesquisados. No entanto, a gestão está confiada em sua maioria àqueles pertencentes à faixa entre os 30 e 50 anos de idade.

100% dos pesquisados afirmam acreditar no potencial das pessoas com deficiência. A maioria está na função de gestor estadual, coordenando ações de inclusão, por sugestão da direção estadual aliada ao seu interesse na área. Quanto às exigências de um perfil docente para atuar com alunos com deficiência na educação profissional, 19,7% assinalou a necessidade de que este professor acredite no potencial dos alunos com deficiência; em segundo lugar (14,4 %) o requisito primordial foi determinado como a necessidade do docente ter o domínio de conceitos básicos (tipos de deficiência) e 13,1% indica a necessidade do docente que atua com pessoas com deficiência, conhecer a legislação vigente sobre o tema.

Na sequência a análise revela como os gestores, em sua maioria, entendem que o docente tenha desejo e motivação pessoal para atuar com alunos adultos com deficiência (11,8). De não menor importância e, em segundo lugar, ressaltam a necessidade do docente participar de cursos, palestras e seminários sobre atendimento de alunos com deficiência (9,2%) e da necessidade de os mesmos conversarem com outros docentes que já tiveram experiência na área (6,5%). Nos últimos itens assinalados os respondentes ressaltam a necessidade de os docentes disporem de: recursos (3,9 %) e experiências anteriores (3,9%), formação superior na área específica (3,9 %), formação superior em

³ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

qualquer área (2,6%), licenciatura exclusiva na área de humana mais formação específica na área de atuação (1,3%). Nenhum dos pesquisados entende como prioridade o fato de o docente ter formação exclusiva na área de humanas.

Isso demonstra que, na visão do gestor, não é necessário que o docente tenha formação superior, nem que, necessariamente, tenha formação na área de humanas. Tais posicionamentos chamam a atenção a partir do momento que a legislação obriga que todo técnico que atua com alunos (com deficiência ou não), deve ter formação pedagógica e, portanto, na área das ciências humanas.

De fato, e de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 02/97, o qual dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, se faz necessário que todo o professor que atua em cursos de educação profissional técnica tenha a formação pedagógica. De acordo com o Parecer citado, no seu artigo 1º vê-se isso:

Art. 1º - A formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio, será feita em cursos regulares de licenciatura, em cursos regulares para portadores de diplomas de educação superior e, bem assim, em programas especiais de formação pedagógica estabelecidos por esta Resolução.

Acredita-se que, essa opinião da maioria dos gestores, se deve ao fato da pesquisa estar centrada na modalidade de Aprendizagem Industrial. Talvez seja de entendimento que ao professor desse tipo de aprendizagem bastaria apenas a formação técnica ou tecnológica. Importante revelar que os gestores respondentes, consideram primordial que este professor domine os conceitos básicos relativos à educação adulta e inclusiva, conceitos estes que, necessariamente, poderão ser adquiridos em outros espaços formativos além da graduação, ou seja, através de cursos de curta duração, qualificação ou aperfeiçoamento. Independente de ter ou não uma graduação seja em área humana ou exata. Este

professor que atua com pessoas com deficiência (PCDs) deve ter o domínio conceitual sobre as deficiências, tipos, condições, características, entre outros. Estes conteúdos conceituais tendem e poderiam ser abordados na sua trajetória de formação, independentemente da formação profissional inicial (graduação).

Quando as maiorias dos gestores pesquisados assinalam que o professor que atua com PCDs (pessoas com deficiências) deve acreditar no potencial deste aluno, fica claro que esta competência é primordial e deve fazer parte da lista de competências que demonstram o perfil desse docente como condição primeira.

Quando o gestor foi questionado sobre qual o papel de quem deseja, além de transferir conteúdos, educar na diversidade e intervir no modo de vida de adultos em situação de discriminação ou marginalizados pela condição da deficiência, o grupo de respondentes assinalou como primeira categoria, a necessidade do docente ter claro que, por ser um aluno/aluna com deficiência não significa que este será ineficiente (25,5%) em relação a aprendizagem escolar. Logo em seguida, com 16,2% aparece a necessidade de o docente levar em consideração que o aluno com deficiência trará para a sala de aula uma história de impossibilidades, muitas vezes, resultado da exclusão social vivida.

Os gestores pesquisados entendem ser importante que o docente conheça o perfil dos alunos e sua situação socioeconômica através da aplicação de um diagnóstico (16,2%) e, 9,3 % entende que se faz necessário ser conhecedor da situação do país em termos de pobreza e conhecer os valores impregnados pela sociedade. Vale ressaltar que 16,2% entendem que todos os itens citados devem ser incorporados ao perfil de quem atua com alunos com deficiência. Esse resultado demonstrou que antes de conhecer a realidade do mundo e os fatores de exclusão social, o docente que atua com alunos adultos e com deficiência deva conhecer a história de vida do próprio aluno.

Em relação à competência docente necessária para planejar aulas que contemplem alunos adultos, com deficiência e analfabetos, os gestores entendem, em sua maioria (66%), que cabe ao docente

**“ Isso demonstra
que os pesquisados
entendem a educação
profissional como um
direito de qualquer
indivíduo, e deve ser
oferecida a todos e
todas independentes
de pré-requisitos que
se fizerem necessário.**

”

compreender a falta de alfabetização e, deve buscar possibilidades para a capacitação do aluno mesmo que analfabeto, incluindo a preparação de materiais adaptados ou outros instrumentos necessários para acompanhamento das aulas, como planejamento específico. 26% dos pesquisados entendem necessário buscar parcerias das ONGs para que estas façam a alfabetização ou mesmo desenvolvam os pré-requisitos necessários para a capacitação técnica e, apenas 3,3% entende que o próprio professor deve inclusive alfabetizar esse aluno, se assim, for preciso.

Isso demonstra que os pesquisados entendem a educação profissional como um direito de qualquer indivíduo, e deve ser oferecida a todos e todas independentes de pré-requisitos que se fizerem necessário. Ter o conhecimento prévio é importante, pois não cabe ao professor que atua na educação profissional, ter que atuar com conteúdos que antecede a este nível de educação.

Os gestores pesquisados compreendem que o docente terá que ter habilidade para, além de conhecer os conteúdos relacionados ao curso profissional, também saber como introduzi-los às pessoas que não tenham o pré-requisito necessário para tal curso. Parte-se do princípio que essa visão do docente desenvolver outros tipos de conteúdos que vão além dos oferecidos no curso profissional, ou mesmo pré-requisitos que se fazem necessários, é algo

que o docente não recebe em sua formação técnica e acadêmica. Sendo assim, esta questão necessita uma análise mais profunda que só será garantida após a pesquisa finalizada, pois será necessário confrontar as respostas oriundas do segmento “docentes” para verificar se concordam com a visão do gestor.

Quando os gestores foram questionados sobre as possíveis perdas, ou seja se existem pontos negativos para aquele docente, que atua com pessoas adultas e com deficiência na educação profissional, 85% entendem que não existe nenhum tipo de perda para este e, apenas, 14,8% assinalaram como maior perda, o convívio com pessoas que podem não ser de interesse do professor os quais são obrigados a conviverem e ministrar aulas a este público alvo, após serem designado “obrigatoriamente”.

Assim se percebe que, na visão do gestor, o docente não terá perdas ao conviver com o diferente, não terá limitações em transmitir conteúdos com carga horária além da prevista, também não consideram que esse docente terá perdas em ter que realizar um planejamento diferenciado, ao contrário poderá ter muitos ganhos, como vemos na resposta abaixo.

Por outro lado, quando questionado sobre os maiores ganhos de um docente que atua com adultos deficientes na educação profissional, 70% dos pesquisados assinalou a resposta *todos acima citados*, ou seja, entendem que o docente, ganhará aprendendo a conviver com as diferenças e ao possuir maior flexibilidade curricular e ganhará também em seu crescimento pessoal quanto aos avanços sobre conceitos de discriminação social. Foi ainda considerado relevante o ganho do professor, quanto à possibilidade de avaliar de maneira adequada a esse tipo de curso e a possibilidade de aprender a avaliar por competência, ganhando motivação pessoal ao ver o avanço de seus alunos. Enfim, entendem que o docente que atua com alunos adultos deficientes na educação profissional, ganha muito mais do que perde.

Na sequência, os gestores foram solicitados a assinalar as maiores dificuldades que os professores que atuam com alunos com deficiência, poderão

4 “obrigatoriamente”, neste caso, significa que a escola recebe uma demanda da indústria e obriga o professor, às vezes mesmo sem preparação, ministrar aulas para alunos com deficiência.

enfrentar ao ministrar a prática pedagógica a esse público alvo. O resultado foi que, 19% acredita que uma das dificuldades enfrentadas está no fato do professor não ter domínio sobre as possibilidades e limitações do aluno com deficiência; 16,6% acreditam que os docentes não sabem lidar com as diferenças; 11,9% acredita que tais docentes não sabem preparar material didático específico e, com o mesmo grau de percentagem (11,9), foi assinalado o item "*todos os itens descritos*". Interpretamos estes dados pelo fato de entender que o total de 23,8% dos pesquisados, indicam como dificuldades enfrentadas pelo docente que atua com alunos com deficiência: desconhecer os traumas pessoais carregados pelos alunos; não ter o apoio da instituição escolar e da família do aluno, não ter tempo suficiente para preparação de materiais específicos; possuir pré-conceito negativo sobre a pessoa com deficiência, não gostar de trabalhar com esse público e não ter formação adequada.

As respostas direcionam a compreensão de que, na visão dos gestores, as maiores dificuldades do professor que atua com pessoas com deficiência enfrentam, está relacionada à falta de domínio e conhecimento sobre a diversidade. Com isso, esperamos que após a pesquisa estar finalizada e a pesquisadora ter em mãos a análise de todos os dados, se possa indicar aos cursos de formação de formadores, a necessidade de incluir nos seus conteúdos, questões relacionadas aos tipos de deficiência existentes, as limitações e características de cada tipo, oficinas pedagógicas para que possam aprender a desenvolver materiais pedagógicos.

Na questão seguinte, o gestor entende que quando o professor está desenvolvendo sua prática pedagógica com alunos adultos e com deficiência, está também cumprindo o seu dever de cidadão (48,2%). Já 17,2% dos gestores pesquisados entendem que o docente que atua na capacitação profissional dos PCDs está também aproveitando o seu trabalho para realizar uma ação socioeducativa. Igualmente com 17,2%, os pesquisados entendem que todos os itens registrados no questionário são importantes para a prática docente.

Vale lembrar que, apenas 3,4 % dos gestores pesquisados entendem que o docente realiza um trabalho voluntário que vai além da sua função que é

remunerada, isso nos reporta à necessidade de ouvir os docentes, pois a pesquisadora tinha como hipótese que esse trabalho acontecia muito mais pelo interesse do professor em realizar um trabalho social. Sendo assim, esta questão também deverá ser mais bem aprofundada após o encerramento da pesquisa.

Quando os pesquisados foram questionados sobre quais os conteúdos que o professor que atua com alunos com deficiência precisa dominar para ir além dos fixados pela legislação e poder trabalhar com conteúdos essenciais para a formação de vida do aluno, a maioria dos gestores (25%) assinalou o item "todos acima citados" que são: conteúdos adquiridos durante a vida, sobre princípios de respeito à diversidade; conteúdos específicos sobre a deficiência que o docente deverá buscar ao se deparar com a situação; conteúdos relacionados a estigma; valores que não são vistos em sua formação acadêmica, buscar experiências que vão além da sua formação, bem como conhecer conteúdos relacionados à exclusão social e *bullying*.

Além disso, 15% dos pesquisados citam outros domínios necessários ao docente que atua com adultos com deficiência na educação profissional, como: necessidade de dominar dinâmicas relacionadas a conteúdos extra-curriculares; saber conviver com as diferenças; fazer uso de recursos tecnológicos; dominar a dinâmica da educação através de um processo dinâmico, integrador e dialógico, além da reciprocidade e conhecimento entre os indivíduos.

Quando questionados sobre "se é conhecedor de que a metodologia para atuar com alunos com deficiência é diferente de alunos que não possuem deficiência", surpreendentemente, 96% dos pesquisados afirmaram positivamente e, registraram que a grande diferença está centrada nas estratégias de ensino, nos meios e ferramentas de acesso disponíveis ao aluno com deficiência; no fato de a sensibilidade dos alunos com deficiência ser maior do que com alunos sem deficiência; na avaliação que deve ser diferenciadas levando em consideração aspectos legais; na adequação em níveis pedagógicos e metodológicos no processo educativo; na necessidade de adaptação e adequação de conteúdos; nos métodos e adequação de carga horária relacionada a cada tipo de deficiência.

Além dos itens acima, outros itens foram registrados pelos pesquisados que ratificam as diferenças metodológicas para atuar com PcDs, são eles: a difícil situação sociocultural dos alunos com deficiência, a baixa renda destes alunos; a necessidade de conhecer o rol das tecnologia Assistivas⁵, a adequação de materiais instrucionais e, a adequação e flexibilidade curricular.

Certificar adequadamente por competência, também é uma diferença registrada pelos pesquisados que assinalam ainda que o docente que atua com pessoas com deficiência na educação profissional deve conhecer a metodologia da aprendizagem mediada, bem como a metodologia de formação e avaliação por competência. Percebe-se que os gestores possuem uma visão clara de que, as competências dos profissionais docentes que atuam com alunos com deficiência, vão muito além das competências exigidas para um docente que atua com alunos sem deficiência, isso significa que o professor que atua com alunos que possuem alguma deficiência, precisa incorporar todos os aspectos necessários a um professor comum, mas precisa ir além e ter ainda domínio de muitos itens aqui citados. Tal constatação nos leva a entender que as agências formadoras não capacitam os professores que precisam atuar com alunos que necessitam de situações de aprendizagem diferenciadas e extremamente mediadas.

3. VALORES A SEREM TRANSMITIDOS PELOS PROFESSORES AOS SEUS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA:

Dentre uma lista de 72 (setenta e dois) itens relacionados a valores, foi solicitado aos gestores nacionais que coordenam ações de educação profissional inclusiva e social, que numerassem de 01 a 10, por ordem de prioridade, os valores considerados de maior relevância para os professores que atuam com jovens com deficiência na educação profissional, bem como, os valores que devem ser transmitidos pelo docente durante a prática pedagógica. Assim, após análise das respostas, chega-se à conclusão parcial do perfil docente de quem atua com pessoas que

possuem algum tipo de deficiência, que são alunos da educação profissional. Os dois valores mais apontados que, segundo os gestores, deverão ser transmitidos aos alunos com deficiência, são: *comprometimento e respeito*. Estes itens obtiveram o maior percentual de respondentes que os escolheram, bem como obtiveram empate na primeira colocação como os itens prioritários.

Respeito é hoje uma das palavras de ordem de qualquer base legal brasileira e, conseqüentemente, a palavra da moda. Respeito com as diferenças, respeito com a equidade, respeito com o ser em sua totalidade, respeito com a diversidade, enfim, o respeito emerge como o valor mais importante a ser transmitido ao aluno com deficiência. Já o comprometimento não existe sem o respeito, ou seja, o professor não estará comprometido com a transformação se não entender o respeito na sua totalidade, ou seja, entender claramente os seus limites como agente responsável pela aprendizagem intelectual e social que o aluno com deficiência precisa para o mundo do trabalho. Professor comprometido tende a gerar como resultado o comprometimento dos alunos.

A segunda prioridade assinalada pelos pesquisados (gestores) refere-se ao item *responsabilidade*. Isto com certeza se dá pelo fato de que os professores capacitam alunos que, posteriormente,

“
Tal constatação nos
leva a entender que as
agências formadoras não
capacitam os professores
que precisam atuar
com alunos que
necessitam de situações
de aprendizagem
diferenciadas e
extremamente mediadas.
”

⁵ Tecnologia Assistivas é o termo usado para aquelas tecnologias que se referem a assistência das pessoas com deficiência.

irão para o mercado de trabalho, o que exige alto grau de responsabilidade. Sendo assim, para atuar com pessoas com deficiência, o gestor considera que o professor precisa transmitir o valor da responsabilidade, neste caso como no anterior, o exemplo será o referencial para seus alunos com deficiência, os quais se inspiram de modo particular nas atitudes do seu professor.

Como prioridade número três destaca-se o *conhecimento*, algo indispensável para qualquer bom professor, sendo que para o professor que atua com alunos com deficiência, este item “conhecimento” vai muito além dos conteúdos programáticos. Ele integra também o conhecimento para a vida.

Como quarta prioridade, os pesquisados consideraram fundamental que se transmita os valores relacionados à *democracia*. Subjacente a este item, entende-se que há uma estreita ligação entre cidadania e direitos humanos. Referindo-se a valores, Silva (2000), acentua sobre a importância de um efetivo exercício de cidadania com ações atitudinais; tais valores permeiam o processo educativo de uma instituição de ensino e abrangem as diferentes dimensões epistemológicas, assim como a multiplicidade de relações que envolvem o sujeito.

Por isso, ao se falar em cidadania, nos posicionamos com Demo e Freire, respectivamente (2000, 1997), para quem cidadania é uma produção, uma criação política; portanto, é construção na busca de autonomia, na evolução da consciência crítica e, sobretudo, da autocrítica para o enfrentamento dos desafios que emergem do contexto social. E, em se tratando de uma cidadania que se constrói, tem-se presente o aspecto de cidadania emancipada que se alimenta por meio dos permanentes processos educativos. Na verdade, a cidadania se constrói a partir de atitudes que, pela educação, se desenvolvem no dia-a-dia sob o impulso do saber pensar e do aprender a aprender (DEMO, 2004). Portanto, o lugar da cidadania na construção coletiva, presente nos projetos, é um processo que requer envolvimento, uma vez que a participação desemboca na transformação do espaço, gerando uma dimensão de organização e de pertença, além de respeito para com todos (BUENO, 2002, p. 101).

Como quinta prioridade, aparecem três itens que ficaram empatados em relação à quantidade de pesquisados que os escolheram, são eles: *o diálogo, a dignidade e a sensibilidade*. Para Paulo Freire o diálogo é o elemento chave onde o professor e aluno são sujeitos atuantes. A partir do momento em que se estabelece o diálogo processar-se-á também as condições para a conscientização porque:

- (a) é horizontalidade, igualdade em que todos procuram pensar e agir criticamente;
- (b) parte da linguagem comum que exprime o pensamento que é sempre um pensar a partir de uma realidade concreta. A linguagem comum é captada no próprio meio onde vai ser executada a sua ação pedagógica;
- (c) funda-se no amor que busca a síntese das reflexões e das ações de elite versus povo e não a conquista, a dominação de um pelo outro;
- (d) exige humildade, colocando-se elite em igualdade com o povo para aprender e ensinar, porque percebe que todos os sujeitos do diálogo sabem e ignoram sempre, sem nunca chegar ao ponto do saber absoluto, como jamais se encontram na absoluta ignorância;
- (e) traduz a fé na historicidade de todos os homens como construtores do mundo;
- (f) implica na esperança de que nesse encontro pedagógico sejam vislumbrados meios de tornar o amanhã melhor para todos e,
- (g) supõe paciência de amadurecer com o povo, de modo que a reflexão e a ação sejam realmente sínteses elaboradas com o povo (BELLO, 1993, p.1-2).

Dando prosseguimento às respostas, nota-se que os respondentes escolhem como sexta prioridade o item relacionado à *tolerância*. A tolerância nos parece associada à paciência. Inclusive uma das dicas que normalmente são dadas aos docentes que atuam com pessoas com deficiência em relação às atitudes que deve ter com os alunos refere-se à paciência.

Para com os deficientes auditivos, o docente deve ser paciente na comunicação, pois muitos a compreendem e a assimilam por meio da leitura labial ou dos sinais em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Em qualquer um dos casos, a comunicação entre o docente e o aluno surdo exigirá maior tempo do que necessita para a comunicação entre o docente e o aluno sem deficiência.

“

E, em se tratando de uma cidadania que se constrói, tem-se presente o aspecto de cidadania emancipada que se alimenta por meio dos permanentes processos educativos.

”

A paciência também deve ser levada em consideração quando se tratar de atendimento com alunos que possuem deficiência física. Isso se deve ao fato de que esse aluno, pode possuir maior dificuldade de locomoção, de redação e dos espaços necessários para aprendizagem.

Paciência também deve ser utilizada pelos docentes quando atuam com alunos cegos, pois esses nem sempre conseguem acompanhar algumas atividades tais como cópias ou redações; quando isso é exigido, normalmente, o fazem por meio da utilização de máquinas Braille ou da reglete⁶ e punção, o que lhes exige maior tempo e dedicação do que é exigido de alunos sem deficiência.

Finalmente, paciência com o deficiente intelectual também é um quesito importante para o docente que atua com pessoas com deficiência. O Manual da Câmara dos Deputados que indica como lidar com pessoa que possui deficiência sugere que se “[...] tenha paciência ao ouvi-la, pois a maioria tem dificuldade na fala. Há pessoas que confundem esta dificuldade e o ritmo lento com deficiência intelectual.

Ratifica-se que a lista de valores apresentadas aos pesquisados somaram um total de setenta e duas palavras, as quais subsidiaram a escolha dos dez valores que o docente deve transmitir aos seus educandos com deficiência. Destes, a sétima prioridade mencionada

⁶ Reglete é a palavra que designa o metal em formato de uma régua e que possui perfurações que são utilizadas pelos cegos quando redige textos, frases ou palavras na escrita Braille.

pelos respondentes (gestores), salienta os valores da *criatividade e equilíbrio*. Sabe-se que a criatividade é considerada nos meios da educação especial como um dom necessário para o docente que atua com pessoas com deficiência. Isso se deve ao fato de que para atuar com esse tipo de aluno, o professor necessita realizar um planejamento diferenciado e individualizado, utilizando-se de instrumentos diversos e metodologias específicas para cada caso e, para isso, a criatividade é um item indispensável.

Os gestores consideram como oitava prioridade no perfil do professor, a *sensibilidade*. Como complemento dessa prioridade, emerge em nono lugar o *reconhecimento*. Atualmente, percebe-se que a pessoa com deficiência está galgando espaços antes não alcançados. O reconhecimento está sendo evidenciado não apenas na legislação brasileira, considerada uma das melhores do mundo⁷, como também pelas ações realizadas pelas pessoas com deficiência. Como exemplo pode-se citar o resultado alcançado nas paraolimpíadas de 2012 em Londres, quando obtiveram um total de vinte medalhas. O resultado representou a melhor colocação brasileira em eventos dessa envergadura.

Finalmente, como prioridade número dez, os pesquisados citam o item relacionado ao *trabalho*. No Brasil, o trabalho tem sido preocupação relevante em relação às pessoas com deficiência, a partir do Decreto 3.298/99 que obriga as empresas com mais de cem empregados, a contratar um percentual de 2 a 5 por cento de pessoas com deficiência em seus quadros. Aumentaram significativamente as chances de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e por outro lado passou-se a se exigir maior qualificação profissional para os mesmos.

Em relação às pessoas com deficiência, a partir do Decreto 3.298/99 que obriga as empresas com mais de cem empregados, a contratar um percentual

⁷ Apenas cinco dos 24 países das Américas garantem proteção e tratamento adequados para deficientes e o Brasil é o primeiro do ranking, de acordo com um relatório divulgado em Nova York. De acordo com o relatório, o Brasil tem uma legislação modelo. A Constituição garante ajuda financeira integração social e assistência educacional, além de proibir discriminação no trabalho, estabelecer cotas para deficientes no funcionalismo público e obrigar a criação de acesso facilitado para prédios e transportes públicos. Disponível em: < <http://professorsergiocastro.blogspot.com.br/2009/03/brasil-tem-melhor-legislacao-para.html> >

de 2 a 5 por cento de pessoas com deficiência em seus quadros. Aumentaram significativamente as chances de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e por outro lado passou-se a se exigir maior qualificação profissional para os mesmos.

No cruzamento das respostas, percebe-se que os valores *comprometimento, respeito e responsabilidade*, são os valores mais indicados pelos gestores para que sejam repassados pelos professores aos alunos com deficiência na educação profissional. Percebe-se que a transmissão de valores está essencialmente ligada à vivência dos mesmos por parte dos docentes. Estes valores apesar de não aparecerem na listagem dos programas a serem ministrados, são considerados como os de maior importância para o professor que atua com pessoas com deficiência, que terão a incumbência de repassá-los aos alunos com deficiência, aliados a sua prática docente.

Ratifica-se e parafraseia-se o que afirma Delors (2001), que a educação com foco em cidadania constitui um conjunto complexo que abrange, simultaneamente, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas para a vivência em comunidade. A partir dessa premissa, presume-se que a formação do ser humano começa na família, por meio de um processo de humanização em que valores éticos e morais têm continuidade no trabalho da escola e na vida profissional. Portanto, educação para o exercício da cidadania exige um pensar para a vida em sociedade como construção cultural.

Igualmente, cabe lembrar Vasconcelos et al. (2011, p. 9), ao afirmar que a prática pedagógica social, baseada nestes valores, constrói uma cidadania em que a dinâmica de aprendizagem se molda permanentemente. Professor e aluno a constroem de modo participativo, globalizante, entendendo que a escola é parte de um todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Aqui neste momento, focamos nos resultados encontrados a partir do estudo que realizamos com os *gestores*, os quais puderam escolher itens, opinar e sugerir sobre competências/habilidades e atitudes dos docentes que atuam com alunos com deficiência

na educação profissional. Vale ressaltar, que o termo *competência* surge no Brasil como resposta às limitações do ensino tradicional, assim como se refere Zabala (2010, p.18):

O uso do termo *competência* é uma consequência da necessidade de superar um ensino que, na maioria dos casos, reduziu-se a uma aprendizagem cujo método consiste em memorização, isto é, decorar conhecimentos, fato que acarreta na dificuldade para que os conhecimentos possam ser aplicados na vida real.

Sendo assim, procurar estabelecer competências, bem como designar quais são elas para um docente é, a nosso ver, um avanço em relação ao ensino tradicional. Na década de 70, especialmente no âmbito da profissionalização ou de questões empresariais, surge este termo “competências” para designar o que a pessoa é capaz de realizar em determinado posto de trabalho. Mais tarde essa terminologia invade os ambientes escolares: Ainda em Zabala (2010, p. 18), vemos o seguinte registro: “(...) a identificação das competências que os alunos devem adquirir como não poderia deixar de ser, são associadas às competências das quais os professores devem dispor para ensinar”.

Dessa forma, percebemos que para os gestores, as competências/habilidades e atitudes de um docente que atua na educação profissional com alunos que possuem deficiência, tendem a não ser as mesmas habilidades/competências e atitudes de um docente que atua com alunos que não possuem algum tipo de deficiência.

A análise oferece também o entendimento de que além das competências já convencionalmente reconhecidas para um docente e, que atualmente embasam nossos cursos de formação, deve-se pensar em novas competências que deverão ser introduzidas no perfil de um docente que atua com alunos com deficiência. Tais competências agregadas se relacionam a: conhecer o perfil do aluno com deficiência que chega à escola profissional, sua condição de adulto e às vezes analfabeto; saber conhecer e interpretar o que significa o aluno não conseguir desenvolver todas as competências exigidas no perfil profissional de determinado curso da educação profissional.

Mais do que ter uma formação superior, este docente que atua com pessoas com deficiência na Educação Profissional, na visão dos gestores pesquisados, deve conhecer os princípios da inclusão e da diversidade, deve fazer um diagnóstico prévio do aluno que está aos seus cuidados, não apenas para capacitá-lo, como também para aceitar a diversidade como mais uma condição humana, possível de ser trabalhada.

Para o gestor pesquisado, caberá ao professor que atua com alunos que possuem algum tipo de deficiência, ter conhecimentos que vão além dos conteúdos programáticos e deverá trabalhar, quando necessário, os pré-requisitos necessários para a educação profissional, inclusive aspectos relacionados à alfabetização. Isso significa que as agências formadoras de docentes, devem também se preocupar com a preparação técnica e pedagógica deste, abordando questões sobre os alunos com deficiência, como trabalhar possíveis pré-requisitos necessários a qualquer curso de educação profissional, como a disciplina, a organização, a leitura, a compreensão.

Caberá às agências formadoras, preparar os docentes não apenas quanto aos aspectos didáticos e metodológicos, mas repassar ao docente, conhecimentos sobre as diferenças sociais, intelectuais e emocionais dos alunos que estarão sob a sua responsabilidade. Vale acrescentar em seus conteúdos de formação docente, conceitos relacionados à inclusão e exclusão social.

Caberá ainda, a instituição formadora lembrar que vivemos em uma época onde, a diversidade e a inclusão, fazem parte do cotidiano escolar e que os docentes que por elas são preparados, poderão ter conhecimentos suficientes para atender alunos com deficiência, levando em consideração as deficiências.

Esta instituição formadora deve preparar o docente para atuar com as diferenças e deve também estar preocupada com a formação integral deste futuro docente que irá atuar com alunos deficientes. A educação integral que falamos é a mesma citada por Antunes (2010, p. 23):

A educação integral e cidadã não visam somente à transmissão de conteúdos, ao acúmulo informacional. Ela visa à formação e

ao desenvolvimento humano global. Objetiva a preparação de homens tecnicamente competentes, capazes de desempenhar plenamente a sua profissão, de viver com autonomia, em busca permanente de sua realização pessoal e profissional, mas, sobretudo, almeja a formação de seres humanos comprometidos com a felicidade pessoal e coletiva, com respeito aos direitos humanos e a todas as formas de vida.

Todas essas competências, habilidades e atitudes mencionadas na citação acima, devem ser trabalhadas nas escolas de formação docente. Desse modo caberá às universidades ou escolas profissionais que preparam os docentes, oferecerem conteúdos que proporcionem aos mesmos conhecer o que é a educação integral, bem como conhecer princípios socioeducativos para atuar com pessoas com deficiência. Reafirmamos essa necessidade, como Caliman e Manica (2010, p.45):

A metodologia desenvolvida para a formação profissional de pessoas com deficiência orienta-se por princípios socioeducativos, não são rígidas e contém orientações técnico-pedagógicas para atuar na educação profissional com alunos que necessitam, além de conhecimento técnico e/ou tecnológico, de um alto grau de criatividade e despojamento pessoal por parte do educador.

A questão aqui tratada tende a ser um debate inicial possível nessa fase da pesquisa, que prevê a comparação dos resultados do segmento ora apresentado (*gestores*), com as respostas oriundas dos alunos com deficiência e com os docentes que atuam com esse público. Somente após essa análise das respostas de todos os segmentos, poderemos chegar a um resultado mais elaborado do que venha a ser o perfil de um docente que atua na educação profissional com alunos com deficiência, bem como as dificuldades de incluí-lo e os avanços já conquistados quanto a este tema.

Este é um debate que se inicia. Concordamos com a OIT (1999, p.121) quando esta afirma que “a questão do conceito de certificação e competência não constitui um debate terminado. É um assunto complexo, com soluções variadas e merece continuar ser debatido e conduzido a um consenso”.

O importante foi poder aqui vislumbrar a visão do gestor quanto ao perfil do educador que atua com pessoas com deficiência e o remeter a uma prática pedagógica que vai muito além do repasse de informações e conhecimentos sobre conteúdos técnicos e tecnológicos. A superação desse paradigma inclui a possibilidade do professor entender seu aluno com um ser inserido em um contexto social desigual, que sofre discriminações e que precisa muito mais, do apoio de um educador que é pedagógico, do que unicamente de um técnico. É um aluno que necessita acima de tudo de um profissional da educação social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Educação Integral: Fundamentos e Práticas*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- AFONSO, Almerindo J. Os lugares da educação. In SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; PARK, Margarete B; FERNANDES, Renata S. (Orgs). **Educação não formal: cenários de criação**. Campinas. Unicamp, 2201, p.29-38.
- BELLO, José Luiz de Paiva. **Paulo Freire e uma nova filosofia para a educação**. Vitória: 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pero1.htm>> Acesso em 16 de set. de 2012.
- BUENO, Eva de Lourdes. **Projetos Escolares e cidadania: possibilidades e limites**. Dissertação/Mestrado – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2002.
- CALIMAN, Geraldo. **A pedagogia social na Itália**. In SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto da MOURA, Rogério (ORGs). **Pedagogia Social**. São Paulo: Editora Expressão e Arte. 2009. p. 51-60
- CAMARA DOS DEPUTADOS. **Acessibilidade. Como lidar com as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/responsabilidade-social/acessibilidade/Como-lidar.html>>. Acesso em 16 de set. de 2012.
- CANDAU, Vera Maria. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- DEMO, P. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DAMATTA, Roberto et al.. **Professor do ensino profissional**. Brasília: SENAI-DN, 2009.
- DELORS, Jaques et al. (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: MEC, UNESCO; São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997
- REHEM, Cleonice Matos. **Perfil e formação do professor de Educação Profissional técnica**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- MANICA, Loni; CALIMAN, Geraldo. *Cursos profissionais na perspectiva da pedagogia social*. **Boletim Técnico do SENAC**: A revista da educação profissional. Rio de Janeiro: SENAC/DN, v.36, nº 03, setembro a dezembro de 2010.
- OIT, MTE/FAT. Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Certificação de competências profissionais: discussões**. Brasília: Estação Gráfica Ltda, 1999.
- PARECFER CNE/CEB Nº 02/97 que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Acesso em 12 de maio de 2012; Acessível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legislacao_tecnico_parecer0297.pdf . 2011.
- SENAI. Glossário das Metodologias para o Desenvolvimento e Avaliação de Competências: Formação e Certificação profissional. Reimp. - Brasília: SENAI/DN,2004.
- SENAI - **Elaboração de perfis profissionais por comitês técnicos setoriais**. 3 ed. v.1 Brasília: SENAI, 2009.
- ____. **Perfil Profissional Docente de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI**, Brasília, 2010.
- ____. **Elaboração de desenho curricular**, 3 ed. V.2. Brasília: SENAI - DN, 2009.
- ____. **Norteador da prática pedagógica**, 3 ed. V. 3. Brasília: SENAI - DN , 2009.
- SILVA, Sônia Aparecida Ignácio. **Valores em educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.,2000.
- VASCONCELOS, Ivar; MANICA, Loni; DASSOLER, Olmira. **Prática pedagógica do educador social: Uma questão de valores**. Artigo submetido análise de periódico. 2012 Brasília- DF
- YOBA, Carlos Pedro Cláver; CHOCOLATE Francisco A. Macongo. O pensamento educativo em Angola: Formação de professores e educadores sociais. In SILVA, Roberto; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério; MACHADO,
- CARO, Evelcy, Sueli M. P. **Pedagogia social: Contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo:

Expressão e Arte, 2011, p. 15-27.

ZABALA, Antonio. **Como aprender e ensinar competências**.
Porto Alegre: Artmed, 2010.

JR ALFA. **Cursos Pronatec para pessoas com deficiência**.
<http://www.jralfa.com.br/cursos-pronatec-para-pessoas-com-deficiencia/> visitado em 10 de maio de 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Como lidar com as pessoas com deficiência. Disponível em <[HTTP://www2.camara.gov/responsabilidade-social/acessibilidade/como_lidar.html](http://www2.camara.gov/responsabilidade-social/acessibilidade/como_lidar.html)>
Acesso em 22/09/2012